

DEFENDER A ESCOLA PÚBLICA PORTUGUESA É IMPERATIVO NACIONAL

A Educação é um dos instrumentos fundamentais no combate às desigualdades, pois contribui, de modo decisivo, para a formação e a preservação de valores sociais, cívicos e culturais essenciais, e reveste-se de particular importância para a entrada e permanência das pessoas no mercado de trabalho e para o desenvolvimento da sua vida profissional.

Compete ao Governo mobilizar e garantir recursos necessários para que o Estado assegure Escolas Públicas com qualidade, que permitam o acesso a todas as crianças, jovens e cidadãos em igualdade de circunstâncias, independentemente das suas condições económicas e sociais.

No entanto, a Escola Pública corre sérios riscos com as políticas que têm vindo a ser impostas pelo actual governo. As dificuldades de organização pedagógica e funcionamento têm vindo a aumentar, devido às medidas aprovadas pelo MEC – à cabeça das quais surge um subfinanciamento crescente, mas também a redução de milhares de professores, os mega-agrupamentos, encerramentos de escolas, a extinção de projectos, a alteração das normas de elaboração de horários dos docentes, a redução de tempos para desempenho de cargos nas escolas, o aumento de alunos por turma ou o empobrecimento do currículo. As medidas já aplicadas estão a originar consequências gravíssimas na qualidade do ensino, nas condições de trabalho de docentes, não docentes e estudantes e no emprego dos profissionais da Educação.

A privatização de diversos serviços nas escolas básicas e secundárias, a abertura de linhas de privatização na promoção de actividades que se integram no âmbito das áreas curriculares, a profunda alteração da natureza pública das instituições de ensino superior ou o desenvolvimento das chamadas parcerias público-privadas são mais alguns exemplos do ataque que o Governo tem desferido contra a Escola Pública.

É que as parcerias público-privadas também existem na Educação! E ficam muito caras ao Estado, sob todos os aspectos! Concretizam-se através da celebração de contratos de associação com colégios privados que, alegadamente, dão uma resposta educativa pública. Muitos destes colégios não respeitam os requisitos legalmente fixados (situarem-se a mais de 4 quilómetros de escolas públicas, ou, estando a menor distância, estas encontrarem-se sobrelotadas). Alguns respeitam os requisitos dos 4

quilómetros mas, com as suas carrinhas, transportam alunos que vivem próximo da escola pública. Contudo, o MEC considera-os elegíveis para efeito de financiamento por contrato de associação. Há colégios financiados através de contrato de associação que se encontram em zonas em que a resposta das escolas públicas seria suficiente para abranger todos os alunos. É o caso, por exemplo, de Coimbra. No entanto, ano após ano, o MEC mantém a atribuição de turmas a estes colégios, sabendo que em muitos daqueles estabelecimentos não se respeitam as leis laborais e as normas de organização pedagógica das escolas, incluindo a elaboração dos horários dos professores. Práticas estas, aliás, recentemente, confirmadas pela Inspeção Geral da Educação e Ciência (IGEC) e que poderão colocar em causa a qualidade do serviço educativo prestado por estes estabelecimentos, na opinião da Inspeção.

De impacto muito negativo para a qualidade da Escola Pública é, também, o ataque sem precedentes que está a ser desferido contra os profissionais da Educação, docentes e não docentes, com a liquidação de aspectos fundamentais das suas carreiras profissionais, a introdução de novos e mais graves focos de instabilidade, como sejam a mobilidade especial e o aumento dos horários de trabalho, a par de uma campanha pública de desvalorização social da sua imagem.

Todavia, apesar das políticas educativas desenvolvidas de destruição da Escola Pública, esta, ainda que com grande esforço, continua a responder positivamente às exigências que lhe são colocadas, devido ao enorme empenhamento e dedicação dos professores e de todos os outros profissionais que trabalham nas escolas e as sentem como suas.

É um dever de todos os portugueses defender uma Escola Pública democrática, de qualidade e para todos, devendo exigir ao governo e à Assembleia da República uma mudança de rumo na política educativa, no sentido de serem respeitados os preceitos constitucionais, a Lei de Bases do Sistema Educativo e de serem aprovados outros instrumentos legais que promovam e defendam a Escola Pública Portuguesa!

Coimbra, 23 de Maio de 2013

*A Direcção
do Sindicato dos Professores da Região Centro*